

O DESEMPREGO TEM A CARA DO JOVEM



Depois de quadruplicar, entre 1989 e 2001, o número de desempregados na faixa dos 15 aos 29 anos ainda é quatro vezes e meia maior do que no grupo de 35 a 39 anos

Nos últimos anos, as pesquisas apontam o desemprego como a maior preocupação dos brasileiros. Drama que atinge desde experientes executivos dotados de belos currículos até o jovem vestibulando, que avalia as perspectivas das carreiras que têm à sua frente, os angustiados candidatos a uma vaga no mercado de trabalho vêem as perspectivas profissionais se estreitando, em consequência de uma perversa conjunção de fatores adversos. Alguns datam de décadas, como a ausência de sólidas políticas setoriais para estimular o desenvolvimento sustentado ou a carga fiscal que só faz crescer, onerando e desincentivando a criação de empregos. Outros são fatores mais recentes, como os terremotos que a

globalização provocou em algumas economias, com reflexos sentidos em todo o mundo, em especial nos países emergentes.

A crise do desemprego atinge mais agudamente os milhares de jovens que, em busca do primeiro emprego, chocam-se com as portas fechadas do mercado de trabalho. Na luta pela sobrevivência, a eles pouco resta além de duas opções para conseguir alguma renda: a informalidade ou a criminalidade. Uma qualificada análise dessa situação é feita por Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais (CPS) vinculado ao Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) e professor no mestrado da Escola de Pós-Graduação em Economia, ambos da Fundação Getúlio

Vargas/Rio. Ph.D. em economia pela Universidade de Princeton, nos Estados Unidos, suas principais áreas de trabalho são bem-estar social, trabalho e microeconometria. Autor das pesquisas "O mapa do fim da fome" e "O mapa da exclusão digital", Marcelo Neri não limita sua atividade aos horizontes acadêmicos, pois atua ativamente na proposição, avaliação e debate sobre políticas públicas, tendo participado da criação do sistema de pisos salariais e da fixação de metas sociais em alguns estados. Com autorizada visão crítica, ele não faz grandes apostas nos resultados do Programa Primeiro Emprego. Embora reconheça os méritos da iniciativa do governo federal, defende uma outra solução, que considera mais efi-

ciente: em vez de subsidiar as empresas para viabilizar o primeiro emprego, melhor faria o poder público se decidisse conceder bolsas para que o jovem permanecesse mais tempo na escola, preparando-se melhor para enfrentar o mercado de trabalho.

Agitação - *Num momento de crise, que se manifesta bem mais aguda no Brasil do que em outros países, quais as perspectivas que o mercado de trabalho oferece aos jovens entre 15 e 24 anos?*

Marcelo Neri - Os números do desemprego no Brasil têm a cara dos jovens. A taxa de desemprego entre 15 e 29 anos é de 22,6%, quatro vezes e meia maior do que as do grupo de 35 a 39 anos. E mais: quadruplicou entre 1989 e 2001. A taxa de informalidade empregatícia também é cerca de quatro vezes maior entre os jovens. Um ponto positivo é que, em breve, cairá a pressão populacional de jovens às portas do mercado de trabalho. As projeções de Eduardo Rios Neto e André Golgher, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, demonstram que a faixa entre 15 e 19 anos deverá apresentar ao longo dos próximos quatro anos uma taxa negativa de crescimento, na faixa de -1,5%, revertendo a tendência dos últimos anos.

Agitação - *O Programa Primeiro Emprego é a melhor proposta para a inserção do jovem no mercado de trabalho?*

Neri - A intenção do programa é meritória, pois desemprego e outros te-

“Na busca pela sobrevivência, não resta muita escolha para os jovens de hoje em busca uma vaga no mercado de trabalho, a não ser a informalidade ou a criminalidade”

mas relacionados ao jovem, como violência, estão carentes de políticas específicas. Entretanto, a questão que se coloca é se haveria melhores caminhos para atingir o norte da inclusão social juvenil. Em particular, defendemos menor ênfase ao subsídio às empresas para contratar jovens, e mais ao estímulo para que estes continuem os estudos, com transferências de renda condicionadas à frequência escolar. A nossa proposta pode ser lida como a concessão de uma segunda bolsa-escola ou, alternativamente, como a ampliação da elegibilidade do bolsa-escola para estudantes na faixa etária

entre 16 e 19 anos de idade.

Agitação - *Quais os pontos positivos e negativos da proposta governamental para o primeiro emprego, na avaliação preliminar de uma idéia ainda não implementada?*

Neri - Um dos riscos do Programa Primeiro Emprego é provocar a substituição de profissionais que, caso contrário, seriam contratados, ou seja, resultar num efeito peso morto. Outro risco é levar o jovem a ocupar o emprego de chefes de família, que são os principais provedores de renda dos domicílios, num efeito substituição. Essa consequência adversa foi bem captada num cartaz carregado por um francês em protesto e que dizia: “Papai, consegui um emprego: o seu”. Se os trabalhadores potencialmente substituíveis por jovens beneficiários do Primeiro Emprego ou das frentes sociais pudessem, com certeza optariam por um programa que subsidiasse a permanência dos jovens fora do mercado de trabalho e dentro da escola. Até porque o alto simbolismo do Primeiro Emprego pode atrair um novo contingente ao mercado de trabalho. Esse ponto é particularmente importante no caso brasileiro. Dado o atual nível de desemprego, há que se ter cuidado para não exacerbar a esperança de oferta de emprego além das possibilidades do País.

Agitação - *Quais os resultados da concessão de subsídios para o primeiro emprego em países que já passaram por essa experiência? Por exemplo, confirmou-se o temor de que o emprego subsidiado do jovem tira o trabalho do pai?*

Neri - Estudos da Organização Inter-

nacional do Trabalho (OIT) confirmam a ocorrência dos efeitos peso morto e substituição. Uma solução utilizada em diversos países foi criar um piso salarial legal menor do que o salário mínimo para os jovens (submínimo). Dessa forma, as empresas podem contratar jovens por uma remuneração menor, o que aumenta a demanda pelo trabalho juvenil, sem distorcer a alocação no mercado de trabalho.

Agitação - *Diante dos baixos indicadores educacionais, quais as vantagens de uma segunda bolsa-escola, em comparação ao primeiro emprego?*

Neri - Uma alternativa ao subsídio ao capital para a contratação de jovens, como prevê o Programa Primeiro Emprego, seria conceder incentivo direto para o jovem continuar seus estudos. A criação da segunda bolsa diminuiria, em vez de aumentar, a pressão exercida pelos jovens sobre os postos de trabalho existentes. Outra vantagem: a segunda bolsa possibilitaria maior controle social sobre as escolas de ensino médio, que seriam objeto do programa. Até porque o desempenho escolar pode ser avaliado por meio de exames, contrastando com a dificuldade de monitorar o desempenho dos jovens nas empresas privadas.

Agitação - *Não há contradição entre a proibição legal do trabalho até os 15 anos e a concessão de incentivos para o trabalho do jovem já a partir dessa idade, principalmente considerando o descompasso idade/escolaridade e a grande parcela fora da escola na faixa dos 15 aos 20 anos?*

“A cada ano adicional de escolaridade para quem está ocupado no mercado de trabalho, a renda aumenta muito. A renda média de quem não tem nenhum estudo é de R\$ 38,00”

Neri - Sem dúvida. Além das restrições impostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Brasil aderiu à resolução da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra o trabalho infantil até os 15 anos. Então, por que proibir num ano e já no ano seguinte pagar para o jovem trabalhar, se sua qualificação educacional ainda não está próxima dos níveis desejados?

Agitação - *Segundo sua avaliação do Programa Bolsa-Escola, cada ano adicional na média da escolaridade*

significa: acréscimo de 2 anos na expectativa de vida, de 0,7% nas exportações, de 0,35% na renda per capita, taxa de retorno salarial de 16 a 20% e melhora da empregabilidade, além de uma redução de 0,26% no crescimento demográfico. Diante desses números, não seria mais interessante aplicar recursos públicos na formação escolar do jovem entre 15 e 19 anos?

Neri - Não resta dúvida que os três melhores investimentos para a sociedade e para o jovem, em especial aqueles com menos de 19 anos de idade, é estudar, estudar e estudar. Atualmente, deixando de lado as diversas externalidades citadas na pergunta, a taxa de retorno da escolaridade para o indivíduo, no Brasil, é de 16% ao ano. Este é o percentual que a renda de quem está ocupado cresce a cada ano adicional de estudo acumulado. A renda média do trabalho de uma pessoa sem nenhum estudo é de cerca de 38 reais, enquanto a de quem terminou a universidade é de 2.200 reais. Quando se passa para a população ocupada em idade ativa, a taxa de retorno salta de 16% para 20%. A educação aumenta não somente o salário de quem está ocupado, mas a própria chance de se conseguir uma ocupação. Existem pessoas com escolaridade alta sem trabalho, é verdade, mas os números mostram que as chances de obter uma colocação sobem de maneira inequívoca com o avanço no ensino.

Agitação - *Para o estudante do ensino médio, não seria mais produtiva a adoção de uma solução que conciliasse escola e prática profissional, como é o caso do estágio supervisi-*

nado e remunerado com bolsa-auxílio, um dos instrumentos de preparação para o mundo do trabalho preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e opção que tem dado bons resultados na avaliação do CIEE, com sua experiência de quatro décadas nessa área?

Neri - Acho a experiência do CIEE fantástica. Também acredito que a prioridade do estado deve ser educar a juventude no sentido amplo, aí incluindo não só escolaridade como ações de inclusão digital, que representam um canal privilegiado para criação de oportunidades de geração de renda e de cidadania em plena era do conhecimento. Basta lembrar que, na lista das dez maiores fortunas do mundo, a maior parte deriva da nova economia. São pessoas que partiram de baixo, o que reflete a miríade de oportunidades que se abriram com a alta tecnologia. Mal comparando, programas de treinamento com inclusão digital versus aqueles sem essa modalidade, é como cotejar um pentium 4 com um 486. A inclusão digital aumenta a produtividade, não só no posto de trabalho como no próprio processo de busca de emprego, pois hoje os sistemas de intermediação de mão-de-obra estão na internet.

Agitação - Como vê as perspectivas de retomada do crescimento econômico, fato que atenuaria o drama do primeiro emprego e das oportunidades no mercado de trabalho em geral?

Neri - Sou um otimista condicional quanto às perspectivas de crescimento. Se não houver choques externos e as reformas avançarem na direção correta, a economia terá um desem-

penho razoável já em 2004. Agora, para ocorrer o chamado espetáculo do crescimento sustentável é preciso aumentar a taxa de investimento em geral, que está muito baixa. Para se ter esse espetáculo a preços populares, é preciso investir mais e melhor na educação dos jovens. Estudos mostram que uma parcela da juventude, sem perspectiva, entra na criminalidade numa viagem sem retorno, pois não voltará, mesmo se as perspectivas trabalhistas melhorarem como um todo. Por isso, é preciso investir no jovem de hoje para colher resultados positivos nas próximas décadas.

Agitação - Num país com acentuada diversidade regional, enorme desigualdade social e reconhecido atraso na solução dos grandes problemas como o Brasil, qual a saída para evi-

“A finalidade básica do Estado é educar a juventude, de forma ampla, visando melhorar sua renda e cidadania”

tar o risco de desperdiçar os recursos (já insuficientes) destinados ao social, prevenindo distorções, abusos, etc.?

Neri - É preciso focalizar, conceder incentivos corretos e avaliar as ações. Começar pelo mais pobre dos pobres é o caminho mais seguro para a universalização do acesso. O Brasil tem de focalizar, sim, suas ações. É preciso introduzir motivações para que os miseráveis aprendam a andar com as próprias pernas. Os programas sociais têm de ter portas de saída. Finalmente, só como a constante avaliação é que as experiências irão se aprimorando ao longo do tempo.

Agitação - Se fosse legislador, com sua vivência na área de políticas sociais, o que excluiria e o que incluiria na proposta do Primeiro Emprego?

Neri - O Programa Primeiro Emprego é exemplo da busca por inovações na esfera trabalhista. Ele tem a cara do jovem metropolitano, pois cerca de 41% dos jovens desempregados estão nas metrópoles. Mas, na minha opinião, seria preferível, em vez de subsidiar o capital para contratar trabalho, como prevê o programa, conceder um subsídio ao jovem para estudar em horário integral, atingindo em particular aqueles entre 16 e 19 anos de idade, para melhorar os indicadores educacionais. Ou alternativamente dar ao jovem a escolha entre uma bolsa de estudos em horário integral e o subsídio concedido ao empresário para lhe abrir uma vaga. A sugestão é que, entre emprego e escola, o jovem tenha o direito de escolha. **A**